



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 050

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 050

47ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 05

Projeto de Lei..... 07

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 08

Dep. Elio Rusch 10

Dep. Pastor Edson Praczyk 10

Dep. Plauto Miró 11

Dep. Tadeu Veneri..... 12

Dep. Luiz Eduardo Cheida 13

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 13

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati09

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos..... 15

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 18

Discussão/Votação

Redação Final 18

2ª Discussão 18

1ª Discussão 19

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão:24

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 24

Diretoria Geral

Portarias 25

Publicações Administrativas:

Pregão Eletrônico 25

DIÁRIO Nº 050

47ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

18 MAIO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Osmar Bertoldi e Stephanes Júnior (03).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Carlos Simões (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO N° 656/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, que dispense atenção especial a necessidade de implantação de um Programa de Internamento para Adolescentes - PIA, na Comunidade Terapêutica Redenção, no Município de Campo Mourão.

Ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, por proposição da nobre Vereadora Nelita Cecília Piacentini, que através de ofício nos pede empenho para que esta Secretaria dispense atenção especial à necessidade de recursos no importe de R\$ 93.000,00, para a aquisição de materiais para construção de um espaço adequado para o Programa de Internamento para Adolescentes - PIA, na Comunidade Terapêutica Redenção no Município de Campo Mourão.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para a aquisição dos materiais tão necessários. O referido programa atende aos trabalhos de grupos com famílias, dependentes químicos ambulatoriais, grupos de crianças, palestras à comunidade, atendimentos individuais de

dependentes químicos e entrevistas para as pessoas que desejam iniciar o tratamento. Sensibilizamos com a situação é que recorremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 657/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação - SEED, que dispense atenção especial a necessidade de construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual, no Município de Miraselva.

A Sra. Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo Presidente da Câmara Municipal de Miraselva, que por proposição do nobre Vereador Osmar Ferdinando Tonin Junior, que através de ofício nos pede empenho para que sensibilize esta Secretaria, para que dispense atenção especial à necessidade de construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual no Município de Miraselva.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para a construção. Ainda em seu ofício o Presidente da Câmara Municipal ainda nos argumenta que os alunos não dispõem de local para desenvolverem suas atividades físicas e que por isso a construção da quadra esportiva pode ser, inclusive, fora das medidas oficiais e sem cobertura. Sensibilizados com a situação é que recorremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 658/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que dispense atenção especial a necessidade de construção de galerias pluviais no Município de Moreira Sales.

Ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo Vereador José Valentino Mariano da Câmara Municipal de Moreira Sales, que através de ofício nos pede empenho para sensibilizar esta Secretaria para que se dispense atenção especial à necessidade de aquisição de galerias pluviais, no importe de R\$ 150.000,00 no Município de Moreira Sales.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para a construção e a necessidade já atinge um grau de emergência. Sensibilizados com a situação é que recorremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 659/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que dispense atenção especial a necessidade de aquisição de equipamento para corte de grama no Município de Corumbataí do Sul.

Ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pelo Vereador Elias Bezerra de Farias da Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, que através de ofício nos pede empenho para que sensibilize esta Secretaria para que dispense atenção especial à necessidade de aquisição de um trator para corte de grama no Município de Corumbataí do Sul.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para a aquisição e os locais de sua utilização são muitos espalhados pelo Município. Sensibilizados com a situação é que recorremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 660/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação - SEED, que dispense atenção especial a necessidade de construção de uma escola para atender alunos do 1° ao 5° ano, com cerca de 3 mil e 400 m2 no Município de Moreira Sales.

A Sra. Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido formulado pela Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli - Ensino Fundamental - APMF, que através de ofício nos pede empenho para que sensibilize esta Secretaria para que dispense atenção especial à necessidade de construção de uma escola com aproximadamente 3 mil e 400 m2 para atender alunos do 1° ao 5° anos no Município de Moreira Sales.

II - O Município não dispõe de recursos suficientes para construção pretendida e necessária. Sensibilizamos com a situação é que recorremos a este expediente.

III - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO N° 661/09

SÚMULA:

Sugere o recapeamento asfáltico na estrada que liga o Município de Itaipulândia ao Município de Missal.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - o recapeamento asfáltico na estrada que liga o Município de Itaipulândia ao Município de Missal.

II - estamos apresentando a presente indicação, procurando atender anseios da população que transita na rodovia.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

INDICAÇÃO N° 662/09

SÚMULA:

Sugere a construção de 01 (um) Centro de Educação Infantil no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de 01 (um) Centro de Educação Infantil, no Município de Sarandi.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, assim beneficiando toda a comunidade de Sarandi.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 663/09

SÚMULA:

Sugere a instalação de um Laboratório de Análise Clínicas.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a instalação de um Laboratório de Análises Clínicas nas dependências do Hospital Municipal Dr. Arlindo Santana Lins no Município de Presidente Castelo Branco.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população, uma vez que os pacientes tem que se dirigir para outros Municípios para realizar exames solicitados em ocasião de enfermidades.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, autorização para utilização do espaço do plenarinho, equipamento multimídia e apoio do cerimonial, na data de 02/06/09, das 8h às 12h.

Tal solicitação objetiva-se para a realização de Audiência Pública de Educação em Direitos Humanos, evento este que conta com o apoio desta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUEREM, que seja concedida autorização/designação para comparecerem à XIII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, promovida pela União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, a realizar-se em Belém, Estado do Pará, com saída prevista em 26 de maio do corrente ano e retorno agendado para o dia 29 do

mesmo mês e ano, com a consequente dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizadas durante a duração do evento.

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõe o artigo 128 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(aa) ARTAGÃO JÚNIOR, FRANCISCO BÜHRER, EDSON STRAPASSON e ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 171/09, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2275

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, afastamento de suas funções por cinco dias a contar de 18 de maio do corrente, para realizar viagem a Brasília, acompanhando lideranças políticas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 2276

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente REQUERER que seja concedida autorização/designação para comparecer a XIII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, em Belém-PA, promovida pela União Nacional dos Legislativos Estaduais - UNALE, com saída prevista no dia 26 de maio do corrente ano e retorno agendado para o dia 29 do mesmo mês e ano, com a consequente dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizadas durante a duração do evento.

Nestes termos, pede e espera deferimento, conforme dispõe o artigo 128 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, justificativa de ausência, na Sessão do dia 14 do mês corrente, devido a compromissos inerente a condição de Presidente da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de votos de pesar, pelo falecimento do ex-Prefeito de Ponta Grossa Sr. Paulo Cunha Nascimento.

Requer ainda, que seja enviado correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento no dia 12 de maio passado, do Sr. Paulo Cunha Nascimento, ex-Prefeito de Ponta Grossa, empreendedor dinâmico e competente, exemplo de cidadão, querido e amado por seus familiares, amigos e colegas, será sempre lembrado com carinho e saudades.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2273

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família, pelo falecimento do Sr. Paulo Cunha Nascimento, ex-Prefeito de Ponta Grossa, ocorrido na última terça-feira, dia 12 de maio.

Nobre político da Região dos Campos Gerais, de família tradicional de Ponta Grossa, governou a Cidade como Prefeito no período de 1993 e 1996 e como Vice-Prefeito entre 1989 e 1992. É uma grande perda para o Município. Um homem que merece toda a nossa homenagem por sua dignidade e dedicação. Paulo Cunha era uma pessoa conciliadora, de grande generosidade, foi um bom Prefeito e respeitado pelas diferentes forças políticas. Cumprimento os familiares nesse momento de dor e saudade.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, por meio de correspondência.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 2278

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Yara

Olivo Rosa Nogueira, com 52 anos em Maringá, na última sexta-feira (15/05/09).

Dra. Yara era esposa do Sr. Marco Aurélio Nogueira, e eram pessoas muito queridas e participativas na sociedade de Maringá.

Deixa viúvo o Sr. Marco e os filhos Marco Aurélio Nogueira Filho, Mônica e Marcela Olivo Rosa Nogueira e o neto Pedro.

À família enlutada expressamos os mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2279

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Hilton Zanon, falecido em 15/05/09, em Marialva.

Hilton Zanon era pioneiro e, Marialva, tinha 77 anos de idade e deixa viúva a Sra. Aparecida Grande Zanon e os filhos Marcos, Solange e Dezoíta Zanon, esta última filha de criação.

Era aposentado, desenvolvia trabalho voluntário como motorista no Asilo dos Velhinhos de Marialva e completaria no próximo dia 28, 77 anos de idade.

À enlutada enlutada expressamos os mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2280

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Teruo Matsuda, empresário, com 78 anos de idade, no último dia 15 de maio, em Maringá.

Teruo Matsuda era filho do Sr. Katsusuke Matsuda e da Sra. Toyo Matsuda, e deixa viúva a Sra. Michie Nagabe Matsuda. Deixa (05)cinco filhos: Futoshi Matsuda, Nelson Katsushigue Matsuda, Edson Teruaki Matsuda, Eda Mitiko Matsuda e Tiyoko Matsuda Morishita. Deixa ainda genros, noras e 12 (doze) netos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2281

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Gonçalves de Oliveira Pombo, ocorrido no último dia 04/05/09.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento aos seus filhos: Maria Valentina Piacentini e Antônio Pombo Neto.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Gonçalves de Oliveira Pombo os nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 04 de maio, que deixa eternas saudades.

Dona Gonçalves era pertencente à família tradicional em Campo Mourão e muito respeitada e querida na Cidade. Faleceu aos 86 anos de idade.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto solítico dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2287

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Helio Zanata, obreiro da Igreja Universal do Reino de Deus, no Município de Sarandi.

Requer ainda, que seja enviado correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2295

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Ponta Grossa, Paulo Cunha Nascimento.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ter ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Luiz Forte Neto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando estudos e viabilidade de enquadrar os Municípios da Região Metropolitana de Maringá:

Ângulo, Astorga, Doutor Camargo, Iguaçu, Itambé, Ivatuba, Mandaguaçu, Madaguari, Marialva, Maringá, Paçandu, Presidente Castelo Branco e Sarandi, no programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Considerando que os recursos do Governo Federal serão administrados pela SEDU, encarecemos que V. Exa. possa atender as reivindicações dos Municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Maringá.

Este é o teor do requerimento.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, sejam endereçados expedientes aos Presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Senado, José Sarney, manifestando a posição da Assembleia Legislativa do Paraná, contra a introdução do cobrança de Imposto de Renda nas cadernetas de poupança, conforme o divulgado pela equipe econômica do Governo. Muitos milhares de brasileiros passaram boa parte de suas vidas aplicando pequenas economias na poupança e não é justo que agora, boa parte dos aplicadores, já no final da vida, sejam sacrificados com a tributação pretendida pelo Governo. Vale o registro de que os poupadores depositaram na poupança dentro de normas que isentavam a cobrança de Imposto de Renda, não sendo justo, portanto, que se façam alterações nas regras, sem se levar em conta o chamado direito adquirido. Em outro tempo da nossa história o Governo mexeu na poupança e o resultado foi desastroso. Pela importância e urgência do assunto, é que esta Casa de Leis antecipa-se, solicitando o empenho dos Presidentes da Câmara e do Senado para que contribuam para que o projeto governamental que muda a poupança não seja aprovado no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 234/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Determina ao Governo do Estado a obrigatoriedade da construção de prédios públicos, dotados de equipamentos ambientais para aproveitamento de águas e da energia solar.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor após a sua regulamentação, na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/05/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Diretor-Presidente da Companhia Habitacional do Paraná, a COHAPAR, o Sr. engenheiro Rafael Greca mostrou na última Escola de Governo, terça-feira, 12 de maio de 2009, uma casa popular já construída com equipamentos para o aproveitamento da energia solar.

A visão daquela edificação inspirou a apresentação do projeto que levo à discussão e à análise das Sras. Deputadas, dos Srs. Deputados, com a certeza do recebimento da simpatia de cada um para a sua aprovação.

Sabemos que o cumprimento da lei acarretará em elevação do custo imediato dos próprios públicos, mas esse aumento será diluído com o aproveitamento destes bens naturais - a água da chuva - rega de hortas e jardins, lavagem do próprio prédio, uso culinário, descarga de privadas, etc, e a luz do sol, para economia da energia comercializada pela Companhia Paranaense de Energia, a COPEL, e da água fornecida pela Companhia de Saneamento do Paraná, a SANEPAR.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, paranaenses que acompanham as Sessões através da TV MERCOSUL e também através da TV SINAL, comitê da imprensa, visitantes.

Recebo do SINDI/SEAB, o expediente a respeito do Projeto nº 515/08, que extingue a SUDERHSA.

(Lê):

**NOTA DE POSICIONAMENTO DO SINDI/SEAB
SOBRE A QUESTÃO DA SUDERHSA, DO
PROJETO DE LEI Nº 515/08 e DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Em reunião realizada em 17/04/09, em Curitiba, e após várias outras discussões, os Diretores do SINDI/SEAB decidiram pelos seguintes posicionamentos:

1. A reestruturação e o fortalecimento do órgão de gestão das águas no Estado do Paraná independem da criação de um novo ente público, mas depende prioritariamente de investimentos financeiros e de recursos humanos capacitados.

2. A realização e concurso público para suprimento de cargos proporcionalmente à necessidade real é fundamental para a garantia da implementação e eficiência da Política Estadual de Recursos Hídricos do Paraná.

3. É necessária a definição e uma rubrica orçamentária específica para a gestão e o gerenciamento das águas do Paraná.

4. Recomenda-se a separação do conteúdo do Projeto de Lei nº 515/08 em três projetos de lei específicos, ou seja, um sobre a reestruturação e o fortalecimento da SUDERHSA; outro sobre a revisão e atualização da Lei Estadual de Recursos Hídricos do Paraná (Lei nº 12726/99), e outro sobre a Política Estadual de Saneamento do Paraná.

5. É fundamental que todos os direitos dos servidores públicos lotados na SUDERHSA sejam garantidos e ampliados. Caso alguma alteração seja necessária, esta deverá ser precedida de ampla discussão com os respectivos servidores, sob a coordenação da entidade sindical que os representa - o SINDI/SEAB. A fábrica de tubos de Cruzeiro do Oeste está produzindo tubos. Temos a informação de que, em Arapongas e Paranavaí, a produção de tubos está suspensa.

Está aí, Sr. Presidente, a manifestação contra a extinção da SUDERHSA, e nós somos contra também extinguir o órgão. Basta para isso fazer concurso público e dar força aos servidores da SUDERHSA, que controlam as águas do Paraná.

Temos o e-mail de Paulo Cezar Augusto de Freitas:

Sr. Antonio Belinati, vim de São Paulo transferido da Dixie Toga para morar em Londrina há mais ou menos uns quatro anos e sempre ouvia falar muito bem da sua pessoa lá para os lados do Cincão; que foi o primeiro lugar que morei em Londrina!

Permita-me tomar a liberdade de chamá-lo carinhosamente de Tio Bila e parabenizá-lo pela iniciativa do projeto do desconto progressivo na faixa do IPVA para o motorista que não tiver multas no período!

São projetos como esse que mostram a grande visão que um legislador deve ter, e vindo da sua pessoa, confirma o porquê das pessoas de bem terem um apreço muito grande por você, e eu faço questão de me incluir de me incluir entre essas pessoas!

Pesquisei sobre o assunto para formar uma opinião e fiquei surpreso com as estimativas de custos anuais de R\$ 28 bilhões que os Governos têm com os acidentes (média entre 2003 e 2006) conforme a ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos); e infelizmente sendo geradas anualmente um índice de 34 mil mortes, 100 mil deficientes temporários ou permanentes e 400 mil feridos.

Coloco-me à sua disposição para conhecer mais os detalhes desse projeto e, de alguma maneira, ajudar, divulgar a sua relevância, não só para o Paraná e sim para o Brasil como um todo!

Muito obrigado, e conte sempre comigo!

Mensagem de Gislaine Domingues:

Em virtude das discussões acerca do aumento de 6% que o Governo pretende dar aos servidores públicos estaduais, solicitamos aos senhores respaldo para essa decisão, considerando sermos nós trabalhadores, e pais e mães de família. Está na hora de sermos valorizados pelo que somos e não somente pelo nosso voto, até porque no momento eleitoral somos importantes, porém o que notamos é que após este período tornamo-nos esquecidos.

Acreditamos que a valorização profissional do funcionário público é de extrema importância, pois como os senhores sabem somos colegas de trabalho, e temos cada um a própria história.

E como é sabido, a nossa história e os atos que realizamos durante nossas vidas refletem nosso caráter e certamente interferem na visão do outro sobre nós, principalmente quando somos pessoas públicas.

Atenciosamente,

Funcionários e professores que desejam receber os 6%.

Mensagem do Sr. Edson Alves:

Já que o Governador está querendo aprovar o projeto de lei que prevê anistia aos servidores prejudicados e demitidos injustamente em 1983 até 1988, peço ao Deputado sugerir ao Líder do Governo que analise os casos iguais ao meu, que são recentes (2009) que foram eles próprios que prejudicaram, e incluam no projeto, isto é, se eles tiverem coragem.

Pois mais prejudicado do que fui, impossível!

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O Edson Alves era Diretor da CIRETRAN em Santo Antonio da Platina e, por politicagem, acabou tendo sua cabeça “degolada”. Lamentável ingerência política, quando uma pessoa como o Edson estava prestando um bom serviço ao Paraná.

Carlos Eduardo de Souza: *Parabéns, Deputado Antonio Belinati, pela sua postura como Parlamentar, pelo seu apoio ao povo do Paraná. É disso que precisamos dos Deputados, que apoiem o povo e não fiquem à mercê do Governo, como cães esperando por migalhas”.*

Presidente, para terminar, hoje é Dia Mundial de Combate à Violência contra Criança, contra o Adolescente e contra a Violência Sexual. Estou vendo no jornal Gazeta do Povo, de hoje, que em nove anos o Disque-Denúncia já registrou no Brasil 2 milhões, 260 mil denúncias de abuso sexual contra crianças, contra adolescentes.

A matéria é interessante, mostrando inclusive alguns alunos, por razões várias, nem sempre até por violência, abandonado a escola, acreditando que a escola não vai garantir o que eles precisam, no presente e no futuro. Só aqui em Curitiba, estou vendo a matéria: *Curitiba perde 12 alunos por dia, que estão abandonando as escolas.*

Tem uma Conselheira Tutelar, Jussara da Silva Gouveia, que diz que os ônibus ficam tão abarrotados, que em alguns casos ocorre abuso sexual contra a criança que estão indo ou voltando da escola, dentro do ônibus. E muitas vezes o ônibus para muito distante da escola, a criança tem que caminhar, aqui na Capital, um trecho considerado longo, para chegar ou sair da escola e chegar até o local onde para o ônibus.

Então, Presidente, é muito triste vermos que numa Capital que está caminhando, logo logo vai atingir 2 milhões de habitantes, que crianças sejam abusadas sexualmente até mesmo dentro do ônibus, aqui na Capital, quando está indo para a escola ou voltando da escola para casa. Estou falando de Curitiba, mas isso ocorre - eu acredito, muito provavelmente - em todo o País.

É Padre abusando de crianças, é Pastor, é pai, é tio, é irmão, padastro, parente, primo, tanto tipo de violência que ocorre muitas vezes dentro da própria casa. Quando chamamos um Padre, ou Pastor, isso é com dor no coração, porque o povo, de um modo geral, tem tanta fé no Pastor, no Padre - mas, não podemos generalizar, querer englobar todo mundo - às vezes uma ovelha desgarrada, aquele que está a serviço do Diabo, utilizando a Igreja como rótulo, acaba praticando abusos que escandalizam os cristãos. É triste vermos que uma boa parte da violência contra a criança, o adolescente, tem ocorrido muitas vezes dentro da sua própria casa.

Agora, tem mulher que também quando está solteira, viúva ou separada do marido e tem filhos pequenos, acho que ela deveria pensar várias vezes antes de colocar outro homem dentro de sua casa. Porque de vez em quando a mulher pega o primeiro que aparece, por desespero de sobrar, de não ficar com ninguém, que ela não vai procurar saber se a pessoa tem problema mental, se tem antecedentes, se é uma pessoa escrava do alcoolismo, se a pessoa já abusou de alguma criança, de algum adolescente. E a pessoa vai morar junto, leva o filho, leva a criança. Nós temos que respeitar o bom padastro, mas infelizmente, de vez em quando acho que a culpa é de uma ou outra mulher que, desesperada para ter um homem na sua companhia, não leva em consideração a criança que ela tem dentro de casa e que pode ser uma vítima em potencial de um anormal.

Agora, o que fazer? Qual a providência? Está aí a internet, também, hoje servindo como instrumento diabólico para propagar a pedofilia, envolvendo às vezes políticos, Deputados, Vereadores, Prefeitos, envolvendo gente graúda da política, envolvendo empresários, envolvendo em Cidades pequenas, como Catanduva, há pouco tempo, vários figurões da sociedade local montando rede de pedofilia, gente que, às vezes, em troca de R\$ 10 entrega a sua criança, o seu filho, o seu sobrinho, seu irmãozinho, sua irmãzinha para ser abusada sexualmente pelos pedófilos.

Queira Deus, Sr. Presidente, neste Dia Mundial de Combate à Violência contra a Criança contra o Adolescente e de Combate ao Abuso Sexual contra crianças e adolescentes, que um dia essas pessoas que abusam, que praticam um ato tão hediondo, de fato possam sofrer apenas e tão-somente o rigor da lei. É só aplicar a lei em cima desses anormais, desses tarados, dessas pessoas que abusam, que a partir do momento em que sofrerem o efeito da lei, já era um grande caminho, e se não acabar, pelo menos creio que diminuirá e muito essa pedofilia que campeia pelo mundo afora, escandalizando as famílias de bem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Quero aproveitar a oportunidade para deixar os meus cumprimentos ao aniversariante Elio Rusch. Saúde e felicidades, Deputado!

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Obrigado, Presidente!

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O que nos faz ocupar o horário do Pequeno Expediente na Sessão de hoje é que acredito que todos os Parlamentares tenham recebido um convite por parte da EMATER para participar de um café da manhã, que aconteceu hoje, na sede da EMATER, que neste ano completa 53 anos de existência, e lembro-me que antes de ser EMATER era ACARPA e lembrava hoje mesmo para os técnicos da antiga ACARPA, hoje EMATER - e as pessoas que estão na vida pública há mais tempo lembram-se muito bem - que os técnicos da ACARPA, na época, andavam com aquele fusquinha azul e corriam o interior do Estado para dar assistência ao nossos agricultores. Depois a ACARPA foi transformada em EMATER, e através dos seus técnicos, através dos seus profissionais, embora muito aquém daquilo que a empresa e que o Paraná precisariam, e isso faz com que, na manhã de hoje, quanto estivemos presentes junto com o Deputado Augustinho Zucchi e Elton Welter, que também participaram desse café da manhã com Deputados Federais, representantes de Deputados Federais, o Vice-Governador Orlando Pessuti, o Secretário da Agricultura, quando foi lembrado o trabalho que os técnicos fizeram ao longo dessa existência.

Gostaria de, neste momento, render as nossas homenagens e o reconhecimento do que os técnicos têm feito e estão fazendo em favor da nossa agricultura.

Lembro-me de quando iniciei na vida pública, ainda a ACARPA, quando eles levavam assistência para o homem do campo, depois como EMATER, com o Paraná Rural toda a assistência foi dada para os nossos agricultores. Veio o Paraná Doze Meses, um excelente programa para a nossa agricultura, dinheiro a fundo perdido, Deputado Belinati e Deputado Plauto, dinheiro não precisava ser devolvido não. O Governo pegou dinheiro emprestado, mecanismos internacionais, e colocou à disposição da nossa agricultura: primeiro combate à pobreza e depois o fomento. Mas lá sempre estavam as mãos amigas e competentes dos técnicos da EMATER. E graças a esses profissionais conseguiu se realizar um bom trabalho na agricultura do nosso Estado.

Muitos falam que o agricultor ganha pouco, e você tem que agregar valores, alguém já falou: "De um pé de galinha você tem que fazer uma sopa". E os técnicos da EMATER estão fazendo o possível e o impossível para o que o nosso agricultor possa ganhar mais. Aí se criou a Fábrica do Agricultor agregando valores para o nosso agricultor, e com a Fábrica do Agricultor, Srs.

Deputados, o que se fez? Se fez a Feira dos Sabores. Aliás, essa Feira dos Sabores acontece em quase todos os Municípios, com toda certeza em Londrina quando teve a exposição, em Maringá, em Campo Mourão, em Cascavel, lá em Umuarama, em Ponta Grossa, enfim, na minha Cidade de Marechal Cândido Rondon; quando acontece a feira, exposição do comércio, lá está a EMATER com os agricultores que têm a Fábrica do Agricultor para produzir e vender, comercializar a sua produção. E não ficou só no interior, anualmente a Feira do Agricultor, a Feira do Sabor, acontece aqui no Parque Barigui. E temos hoje uma feira permanente em Curitiba, para que os agricultores possam comercializar o seu produto.

Quero neste momento, Deputado Nelson Justus, reconhecer o trabalho que os nossos técnicos da EMATER estão fazendo em todo canto do Estado. Sabemos que o Governo do Estado precisa investir muito, e tem que investir, em cima do quê? Da ciência, pesquisa, tecnologia; mas dar assistência para quem? Para os nossos agricultores.

Por exemplo: existem hoje os assentamentos feitos pelo Governo Federal, mas esses assentados não têm assistência técnica. No Governo passado se fez aquela Vila Rural, mas junto da Vila Rural tinha um técnico da EMATER que deu toda a assistência para que esse pequeno agricultor, que recebeu meio hectare de terra, pudesse produzir, não só para o sustento da sua família, mas também comercializar a sua produção.

Então, quero render, uma homenagem no momento em que a EMATER completa 53 anos de existência, vai acontecer no próximo dia 20, nós da Assembleia Legislativa, em meu nome, e acredito que deve ser o pensamento de todos os Parlamentares, esses valorosos técnicos que fazem com que nossos técnicos possam se fortalecer cada vez mais. Essa é a homenagem que eu queria fazer no dia de hoje, e com toda certeza, até o dia 20, haveremos de protocolar e fazer um requerimento talvez com todos os Deputados em conjunto, para homenagear a nossa EMATER pelos 53 anos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, senhoras e senhores, telespectadores.

Ocupo a tribuna nessa tarde de hoje para deixar registrada a minha opinião, embora já tenha, em outras ocasiões, externado a minha opinião nesse sentido, e tratar de um assunto muito delicado. Por causa da seriedade do tema, quero pedir a atenção de todos os senhores e senhoras.

O meu pronunciamento trata de uma decisão rara em nosso País, mais especificamente uma decisão da 2ª Vara da Infância e da Juventude, a respeito do direito da adoção concedida a um casal homossexual do nosso Estado.

Quero deixar bem claro que a minha intenção não é tecer nenhuma crítica com respeito à opção sexual, porque entendo, compreendo que essa decisão é de foro íntimo, e todos nós, dotados de livre arbítrio, temos o direito de decidir qual opção sexual adotar. E também a crítica não vai à iniciativa, diga-se de passagem louvável, pela adoção. Defendo a adoção. Bom seria se todas as famílias brasileiras se conscientizassem da importância de abrirem as portas à alguma criança sem pai e sem mãe, para serem acolhida como seu filho no seio familiar. Mas confesso a grande preocupação que tenho com respeito a essa decisão, e tomara que seja contestada em tempo por algum promotor de Justiça, porque a mesma abrirá um precedente que não me agrada, me preocupa e contesto.

Se a intenção é o amparo de um menor, de uma criança, qualquer cidadão, preenchidos os pré-requisitos, pode fazer uma adoção. Cito o exemplo do nosso companheiro, ex-Deputado Padre Paulo, solteiro, até pela força do voto de castidade, que tem cinco filhos. A atitude do nosso colega é louvável e admirável.

Mas o reconhecimento da maneira em que foi decidida pela 2ª Vara da Infância e Juventude, faz exatamente o que penso eu que, abrindo um precedente, agride a família, a instituição mais sagrada no meu entendimento. Isso sem puxar para o lado teológico. Sem me amparar em nenhum questionamento bíblico ou religioso.

Está mais do que evidente que a instituição família é formada pela figura de um pai, através de um homem, e de uma mãe, através de uma mulher.

Com essa decisão vai se abrir o precedente de reconhecer o casamento homossexual, o qual publicamente fiz questão de contestar nesta Casa de Leis. Sei que o assunto é polêmico, desagradável para alguns. Mas vou na mesma linha de posicionamento do nobre Deputado Romanelli que, numa certa ocasião - e eu tenho uma memória muito boa para o que é discursado nesta Casa - foi muito feliz quando afirmou que não tem, não possui nenhuma dificuldade de abordar o tema que for, por mais polêmico, seja reforma agrária, sejam questões ambientais, sejam questões de todas as esferas. Eu também sigo nessa linha, nessa mesma condução. Não poderia deixar passar este momento sem repudiar, sem criticar, sem deixar registrar a minha indignação.

Fico pensando, embora não tenha formação pedagógica, os danos psicológicos que essa criança sofrerá ao longo de sua vida, na escola. Sem contar que referencial terá essa criança, porque a matéria em questão que me inflamou esse discurso não revela se o casal homossexual é formado por dois homens ou por duas mulheres, mas, independente disso, senhoras e senhores, imaginem a grande confusão que se formará na cabeça desse ente, dessa criança, desse indefeso ou indefesa em questão.

Então, subo a esta tribuna para repudiar a decisão. Espero que algum promotor possa contestar essa decisão, sem tolher, evidentemente, o direito de adoção, o qual faço questão de incentivar, de aprovar, mas não dessa forma, reconhecendo duas pessoas do mesmo sexo como um casal extremamente estranho, complicado e, pode ter certeza, devastador daquilo que todos nós, independente da linha religiosa que possuamos, tanto prezamos, que é a instituição família.

Nas reuniões de pais e mestres, por exemplo, o comentário que se formará entre os coleguinhas por esta grande diferença, que será notória, desde os documentos em si. Na declaração da paternidade, quem é o pai? “Ah, meu pai é essa, ou minha mãe é esse”. Então, não posso me conformar com essa decisão. Quero reafirmar meu posicionamento contrário a essa infeliz decisão que abrirá um precedente danoso à sociedade, aos bons princípios, à família da forma que ela foi instituída, desde a pré-histórica.

É o registro que eu tenho. Agradeço a atenção dos senhores jornalistas, senhoras e senhores telespectadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Quero ser muito breve, mas não posso deixar de fazer estas considerações.

A rigor, devo abordá-las em quatro pontos:

1. Pedi licença por quatro Sessões Plenárias e hoje estou de volta a esta Casa. Num momento de extrema dor, precisei amparar meus familiares, principalmente minha mãe de 82 anos, que enfrenta conosco um momento de tristeza absoluta. Esta dor me permite exercitar a compaixão, no mais profundo espírito cristão. Posso imaginar, sem querer dimensionar a profundidade, o que sofrem os pais, mães, parentes e amigos dos envolvidos neste episódio. Transmito, em meu nome pessoal e, por certo, também em nome de minha família, a minha expressa e sincera manifestação de solidariedade e respeito a todos eles.

2. Deste episódio, dentre inúmeras lições, duas creio ser fundamentais relembrar em público. A vida, presente de Deus, precisa ser preservada sempre. Esta mesma vida que nos reserva surpresas absolutas, que jamais poderíamos prever. A pessoa pode, por uma só ação, ficar marcada para sempre. É neste instante, que como homem público responsável, devo afirmar minha fé inabalável na Justiça e, também, como Deputado e cidadão, confiar que as investigações sejam ágeis, eficazes e prontas.

3. Creio também, Sras. e Srs. Deputados, que precisamos sempre ter em mente que milhares de jovens são vítimas todos os dias da violência no trânsito neste País. E esta é uma situação que não pode continuar.

4. Enfim, e encerrando: peço ao Criador que a todos proteja e que a serenidade nos permita tirar lições que aplaquem a dor que jamais passará.”

Estou retornando, hoje, Sr. Presidente, aos trabalhos nesta Casa de Leis.

Muito obrigado a todos. Que Deus nos ilumine!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Plauto, V. Exa. retoma o seu posto de Deputado nesta Casa, em um momento em que esta Presidência tem procurado não se manifestar sobre um assunto que não poderia ser mais triste e que vem aqui para dentro.

Quero me solidarizar também com a sua família e com os familiares dos dois moços que perderam a vida. Imagino a dor que as três famílias estão vivendo. Digo isso como pai e avô. Essa é uma dor que pai nenhum quer passar, porque ultrapassa os limites da natureza, da ordem cronológica humana.

Por isso me solidarizo também pela dor que V. Exa. está passando. Sem jamais esquecer que, como Presidente, assumi o ônus e o bônus desta presidência, que é muito pesado, que é continuar lutando pela transparência, que é um sinal que recebemos e uma marca que estamos e iremos continuar até o final do nosso mandato.

Tenho a plena confiança que a Corregedoria e a Comissão de Ética desta Casa irão me ajudar à apuração completa dos fatos dentro do prazo legal. Não gosto de polêmicas nem de holofotes, mas devo afirmar que a sociedade não ficará sem resposta.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na manhã de hoje, fizemos uma Audiência Pública aqui nesta Casa. De antemão agradecemos à Presidência, à Mesa Diretora, porque pudemos usar, o que não é comum, o plenário maior. Contamos com a inestimável colaboração da Deputada Cida Borghetti que, aliás, conduziu com maestria a nossa Audiência Pública, com a presença de diversos Deputados Estaduais, Deputados Federais, Prefeitos, Vereadores, associações de moradores, diversos segmentos da nossa sociedade. Caixa Econômica Federal, diversos sindicatos, tanto de trabalhadores como do ramo empresarial, o Ministro Paulo Bernardo. Esteve conosco também o Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Hereda, e a representante do Ministério das Cidades também se fez presente.

E o que vimos hoje, foi um debate extremamente produtivo. Primeiro porque esclareceu uma série de dúvi-

das que havia. Segundo, todos os Srs. Deputados irão receber em seus gabinetes uma cópia de toda exposição feita aqui sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. É importante porque isso vai fazer com que possamos também questionar o programa, mas também contribuir para que este programa chegue às Cidades de cada um dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas.

Aqueles Deputados do interior do Estado tiveram hoje também a informação que esta é a primeira parte de um programa que tende a ser não apenas um programa de Governo, mas um programa de Estado. E, além disso, atender não só Municípios com mais de 100 mil habitantes, como era no princípio, mas também fazer com que municípios acima de 50 mil e entre 20 e 50 mil habitantes, possam já a partir de um tempo muito próximo, fazer também a sua adesão ao programa.

É claro que há uma série de questionamentos feitos, mas o que vi na manhã de hoje foi um enorme esforço de toda a sociedade, do Governo Federal, do Governo do Presidente Lula, para que possamos superar em oito ou 10 anos, um déficit de quase 10 milhões de moradias que temos no País.

Hoje temos dois programas do Governo Federal. Este Minha Casa, Minha Vida, que conta com R\$ 15 bilhões, e outro programa que é do desfavelamento, que tem cerca de R\$ 16 bilhões para serem aplicados. Acredito que estamos no caminho correto, porque através deste debate e de outros que sucederão, poderemos, sem dúvida nenhuma, contribuir com os Governos Estaduais, Municipais.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. que esteve aqui na manhã de hoje, sabe que não é um programa de partido “a”, “b” ou “c”. Neste momento o Presidente é do Partido dos Trabalhadores. A Audiência foi feita por iniciativa da Bancada do Partido dos Trabalhadores, do Péricles de Mello, que é o nosso líder.

Sabemos que este não é um projeto para quatro, três ou 2 anos. Não é um projeto para que possamos construir 1 milhão de casas e achar que isso está resolvido. Ao contrário. É um projeto para longo prazo e que, quiçá, seja um projeto permanente, porque assim estaremos não só resolvendo o problema da situação, mas resolvendo também um problema, parcialmente, o problema do desemprego. Sabemos que a construção civil responde rapidamente a uma iniciativa como esta.

Acredito que hoje terminamos dentro daquilo que era previsto, mas acredito que hoje demos um passo. Outros serão dados na sequência, outros debates serão feitos e acho que o que eu vi hoje, através desse programa e das coisas todas que aconteceram, me faz obrigatoriamente citar uma reflexão do Chico Xavier.

Chico Xavier, segundo aqueles que acreditam, tem uma citação que é muito interessante para nós todos, aliás, serve para todos os momentos da nossa vida, momentos bons e maus, e serve também para um momento como este que vivemos na tarde de hoje, e que muito foi questionado: Por que isso não foi feito antes?

Ele diz: “Podemos não fazer um novo começo, mas podemos começar um novo fim”.

Acho que hoje, com este programa, de fato não estamos fazendo um novo começo, aquele começo todo atravessado, mas estamos iniciando, sim, um novo fim, que espero que em breve possa ser comemorado por todos.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, último orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares, o povo brasileiro vai pagar, de tributo, 36,47% este ano, a maior carga tributária do mundo. O PIB brasileiro, Produto Interno Bruto, que este ano vai bater na casa dos R\$ 3 bilhões, aproximadamente R\$ 1 trilhão 94 bilhões e 100 milhões serão carga tributária.

Deste total como todos nós sabemos, 58% vai para a União, 24,7% vai para os Estados e apenas 17,3% vai para mais de 5 mil Municípios do Paraná; Municípios, inclusive, Deputado Waldyr Pugliesi, que estão à beira da falência. Maquinário sucateado, sem remédios nos postos de saúde, escolas muitas vezes sem giz, sem professor, sem banheiros condizentes para as crianças, uma realidade que conhecemos muito. Enquanto isso a imprensa anuncia bilhões de reais para salvar os bancos, mais outros bilhões de reais para salvar as multinacionais, mais alguns bilhões para o FMI, pasmem, para o Fundo Monetário Internacional, e alguns milhões para grandes obras. Mas estas grandes obras, Deputado Scनावaca, que também já foi Prefeito, dificilmente chegam no Município pequeno, e 88% dos Municípios brasileiros têm menos do que 6 mil habitantes, o que significa que 88%, ou mais até, dos Municípios, não verão as obras do PAC, não verão essas obras fantasticamente anunciadas.

Mas se são 5 mil 562 Municípios, são também, por outro lado, 5 mil 562 Prefeitos, uma forma, portanto, considerável, se for colocado em marcha para melhorar o nosso País.

E é nestas horas que algumas lideranças autênticas e mais fortes são testadas e aparecem, como é o caso do Presidente da AMEPAR, o Prefeito Almir Batista, que é o Prefeito de Sabáudia, que está propondo um projeto, fazendo uma proposta de emenda complementar para ser tramitada e votada no Congresso Nacional e precisa, por isso mesmo, do apoio dos demais Prefeitos do Brasil, não apenas do Paraná, e também dos Deputados Estaduais, Federais e Senadores.

O Prefeito Almir fez alguns cálculos e reparou que o Fundo de Participação dos Municípios não inclui a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que é a CSLL, que deu a pequena bagatela de 42 bilhões 759 milhões no ano passado. E muito menos o COFINS, que deu 118 bilhões 204 milhões no ano passado, perfazendo os dois 160 bilhões 963 milhões. Valores que foram gerados nos Municípios, que não viram sequer um tostão deste recurso. Portanto o Prefeito de Sabáudia está fazendo uma proposta, que se possa mudar a Constituição Brasileira e incluir um percentual de 23,5% de cada um desses tributos no Fundo de Participação dos Municípios. Isto daria, segundo ele, um acréscimo de 74% do FPM, que seria aproximadamente de R\$ 37 bilhões 826 milhões. Recursos que, sem dúvida nenhuma, podem e devem ser canalizados aos Municípios. Isso poderá ser a redenção dos Municípios. É um tributo cobrado, gerado no Município, mas que é o Município não vê absolutamente nada, a CSLL e o COFINS.

Por isso, o Prefeito procurou o Presidente da MP, teve a aquiescência desse, vários Deputados Estaduais e a Bancada Federal hoje estiveram aqui na Assembleia, dando apoio a essa proposta, e estamos encaminhando e espero que em nome de todos os Deputados, um requerimento pedindo a tramitação desta emenda quando ela vier a ser proposta nos próximos dias. Acho que é uma contribuição que sai do Paraná num momento de dificuldade.

Por isso, gostaria de parabenizar o Prefeito Almir, toda a diretoria da AMEPAR, mas também os Deputados Estaduais, Prefeitos do Paraná, Vereadores, lideranças, que tenho certeza absoluta estarão junto com ele numa proposta concreta, que vai, sem dúvida nenhuma, se aprovada, modificar para melhor a realidade das Prefeituras do Brasil.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria fazer aqui o registro daquilo que estamos discutindo há muito tempo. A questão que envolve o grande momento esportivo que vive o nosso Estado do Paraná. E ontem mais um prova se deu, Deputado Douglas, sua Cidade que também está na 2ª divisão, Deputado Kielse, Waldyr Pugliesi, vamos jogar na sua Arapongas também, em seguida.

Mas ontem, Ponta Grossa registrou um fato impressionante: mais uma vez, 7 mil 970 torcedores. Pagantes 7 mil 522. Espetáculo! Renda de R\$ 72 mil, estádio cheio para a vitória do Operário 1x0, ontem, diante do Francisco Beltrão.

Quero cumprimentar a nossa torcida, mais uma vez, por ser uma das maiores torcidas do Estado do Paraná, certamente mais de 8 mil pessoas, com um público pagante de 7 mil e 500 torcedores, maior que muitos jogos da 1ª divisão desse campeonato do Brasil.

Parabéns mais uma vez ao nosso Operário. Parabéns, também, à nossa valorosa torcida, que comparece em massa, demonstrando a todo o Estado do Paraná, que Ponta Grossa está preparadíssima para ser uma subseleção no que se refere à Copa do Mundo, por ocasião dos jogos aqui no Brasil, se preparando para receber uma seleção para treinamentos, demonstrando entusiasmo da primeira Cidade a realizar uma partida de futebol no Estado do Paraná.

Na sexta-feira, fiquei até um pouco impressionado, não sabia da importância desse título, recebemos e aqui queremos agradecer a Universidade Estadual de Ponta Grossa, por ter nos concedido, através do Conselho Universitário, a Medalha do Mérito Universitário. É uma medalha que se concede à poucas pessoas e que é uma deferência especial do Conselho Universitário, que se reúne e homenageia pessoas que tenham trabalhado pela universidade.

Sinceramente, nunca achei que iria receber essa homenagem, mas mais uma vez recebemos pelo nosso trabalho, por estarmos presentes nos momentos mais importantes e por lutar pela universidade. Naqueles momentos em que a universidade foi agredida várias vezes, saímos sempre em defesa daquilo que temos como maior patrimônio da nossa Cidade, que é a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Quero aqui agradecer os senhores professores, os senhores membros do Conselho, a todos aqueles que derem esta deferência especial a mim. Não sei se merecia, mas recebi com muito carinho. Essa é uma homenagem importante e que nos faz, cada vez mais, trabalhar pela universidade. Um dos motivos principais, também, de se receber essa medalha, segundo o Reitor e o Conselho, é a nossa luta para que o Hospital Regional de Ponta Grossa fosse construído lá no *campus* da universidade. Havia alguns segmentos da sociedade que queriam que o hospital fosse feito fora do *campus*, mas trabalhamos sempre para que essa obra fosse realizada dentro do *campus*, porque sabíamos que lá acontecendo a obra, além de salvar muitas vidas, não havia dúvida nenhuma que voltaria o curso de Medicina.

Nós estávamos certos. Depois do hospital praticamente na fase final, conseguimos o curso de Medicina de volta. Graças, mais uma vez, à eficiência dos senhores professores, a eficiência do quadro técnico da universidade. Hoje o curso de Medicina, agora, já em seguida teremos a turma retornando. Acho que é um momento de muita importância na vida da universidade. A universidade quis agradecer, através dessa medalha, aquelas pessoas que trabalharam para que o curso de Medicina voltasse, também a construção do hospital regional.

A ditadura parece que está em pé ainda, parece que sobrevive. Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que lutou contra a ditadura, mas a ditadura está por aí, ela vive em alguns segmentos ainda.

Irámos, mostrar hoje, no horário eleitoral do nosso PTB, algumas coisas sobre algumas obras lá em Ponta Grossa, nos últimos dias. Alguns comentários que foram feitos, colocados durante a campanha de obras, aquilo que chamamos de mentiras de campanha. Mas, infelizmente, a Oposição a nós foi ao Tribunal Regional Eleitoral e conseguiu uma liminar para não falar o que é verdade, para não mostrar o que foi dito publicamente. Isso sim é uma coisa terrível, a pessoa ir a um lugar público ou numa emissora de rádio, fazer um pronunciamento e depois entrar na Justiça e dizer: “Não coloquem aquilo que eu falei, porque eu não quero que coloquem.”

Fica o registro, nesta Casa, desta forma antiga de fazer política, que é de se falar no período da eleição e depois, quando não se quer ouvir, se fez uma ação e se coloca lá dizendo exatamente isso: “Não quero que falem o que eu falei.” Daí inventa-se conversa fiada de montagem, de trucagem.

Agora, está à disposição do povo do Paraná, a hora que quiser, devo colocar nos próximos dias no meu blog, no meu site, os programas, na íntegra, para as pessoas verem que não há montagem, não há trucagem, não há troca de palavras. Há, na verdade, uma edição, porque quando se edita alguma coisa é porque vai se colocar alguma coisa de 30, 15 minutos, em 30 segundos, porque tem uma lei que determina o período de duração de uma inserção. E qualquer radialista que inicia na vida pública, seja ele amador, profissional, que tenha dom ou que não tenha, ele já aprende que em rádio, no jornalismo moderno, editam-se as principais pelas, porque o tempo é curto no rádio.

Infelizmente, alguns preferem não falar disso e falam e depois não sustentam aquilo que falaram. É aquilo que chamamos de: fala bastante e depois não sustenta o que falou. Deve ter vergonha de ter falado algo e depois percebido que aquilo que falou era uma universidade. E depois fica com vergonha, é melhor ir buscar uma forma legal, partidária, de fazer isso ou fazer aquilo.

Enfim, a ditadura anda por si mesmo. Ela não está só nos atos. Ela está em alguns momentos na nossa sociedade. E infelizmente a ditadura continua na forma de pressão, de poder, em cima das pessoas. Ela segue e avança, também, no meio da sociedade, da mesma forma como no passado: manda fazer, tira, prende e solta.

Mas, o mais importante de tudo é a verdade. É o que mais interessa. Porque se não tiver verdade, automaticamente não vamos a lugar nenhum. Vamos aguardar. Já recorreremos. Como trabalhamos com inteligência, haveremos - dentro daquilo que determina a lei, nunca descumprindo a lei, nunca descumprindo a verdade - haveremos de mostrar o que precisa ser mostrado, porque é preciso mostrar às pessoas o que cada um faz.

Era isto, Sr. Presidente, e ao encerrar queria prestar uma homenagem, porque a partir de hoje o Deputado Jocelito Canto é vovô. Nasceu minha neta, Milena, agora pela manhã, filha da minha filha Mabel e do meu genro Norton. E eu, a partir de agora, com 44 anos, virei vovô. É a vida que, a cada dia que passa, vamos aprendendo, crescendo, amadurecendo. Mas, nunca se deve perder a origem e principalmente a humildade e a verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao Deputado Professor Lemos, pelo PT.

Liderança do PT: Deputado Professor Lemos

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, visitantes que nos acompanham na Assembleia legislativa e telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL e pelo Canal 21.

O que me traz a esta tribuna hoje é um tema muito importante: é a Educação. Tivemos a satisfação de receber em Cascavel, na quinta-feira, o professor Alípio Santos Leal Neto, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná, para dois atos muito importantes lá em Cascavel. O primeiro foi na AMOP, quando também a Cidade de Cascavel recebeu várias autoridades de Assis, a Prefeita Dalila, o Vice-Prefeito José Costa, os Vereadores, a Associação Comercial e Industrial, sindicatos, enfim, várias entidades de Assis, e estavam presentes também vários Prefeitos da região de Assis para a assinatura de um compromisso, de um protocolo de intenções para instalar em Assis Chateaubriand, lá no Oeste do Paraná, um *campus*, uma unidade do Instituto Federal de Educação do Estado do Paraná, e a Prefeita, naquela oportunidade, apresentou ao Reitor a doação de um terreno de 11 mil m², que vai sediar a construção dessa importante universidade profissionalizante, porque é exatamente isso que significa o Instituto Federal de Educação do Paraná, que o Presidente Lula, em dezembro do ano passado, emancipou a Escola Técnica Federal, que era vinculada à Universidade Federal do Paraná, transformando-a no Instituto Federal de Educação do Paraná, e esse instituto cresce no Paraná, levando para as Cidades do interior do Estado, *campus*, unidades centralizadas.

Então, quero parabenizar a Prefeita Dalila, o Vice-Prefeito, os Vereadores, todas as autoridades daquela região de Assis, Deputados Estaduais da nossa região, todos estão apoiando, sendo que estava presente no ato o Deputado Welter, que muito tem lutado para que essas técnicas sejam implementadas no Estado do Paraná.

Quero cumprimentar o ex-Deputado Federal e também ex-Deputado Estadual, Irineu Colombo, que hoje é diretor de uma unidade do Instituto Federal de Educação do Paraná, lá em Foz do Iguaçu, e que quando Deputado lutou muito para que essas unidades fossem então implementadas no Estado do Paraná. Também os Deputados Federais, sendo que dos seis Deputados Federais que temos no Oeste do Paraná, todos eles estão apoiando esta importante medida tomada pelo Reitor Alípio, de levar à aquela comunidade, àquela região, essa unidade.

Também na mesma data de quinta-feira, à noite, junto com a ACIC, com a AMIC, com várias entidades de Cascavel, com Prefeito Edgar Bueno, com vários Deputados Federais, com a presença da comunidade, várias entidades de Cascavel, também foi assinado esse compromisso para que Cascavel também receba uma unidade do Instituto Federal de Educação do Paraná. E o Prefeito apresentou um terreno de 15 mil m² na Região Norte de Cascavel, nas proximidades do bairro Floresta com o bairro Clari. A comunidade se mobilizou. Estavam presentes várias entidades, estava presente da AMOP, através do seu presidente, Prefeito Elieser lá de Corbélia, que também está fazendo um esforço para que a nossa região receba. E Cascavel, então, vai a partir de agosto ter quatro cursos, porque a Prefeitura doou o terreno, mas também cedeu um prédio, que é o Centro de Formação de Cascavel, para começarmos já os quatro cursos deste importante Instituto Federal de Educação do Paraná. E lá em Assis a Prefeitura também cedeu um espaço, vai começar dois cursos a partir de agosto deste ano.

Quero ressaltar a importância do Paraná ter conquistado esse Instituto e de estar levando-o para o interior do Estado. Já estamos trabalhando junto com o Ministério de Educação, junto com o Reitor aqui, professor Alípio, para que possamos logo, logo, ter no mínimo 12 unidades em todo o Estado do Paraná.

Conversava há pouco com o Deputado Felipe Lucas, lá em Irati, também aquela Cidade já vai receber dois cursos este ano, a partir de agosto. A Prefeitura já disponibilizou em terreno, e logo nós vamos também, junto com o Deputado Ângelo Vanhoni, que está acompanhando esse debate em Irati com o Ministro Fernando Haddad - consolidar também para Irati esta unidade tão importante.

Também em Ivaiporã já está se articulando, já tivemos uma reunião com o Reitor, já falamos com Ministros, Deputados Federais, e queremos que também Ivaiporã receba uma unidade, a exemplo das outras cidades que estão recebendo no Paraná.

Dizer da importância dessa medida tomada pelo Presidente Lula, que foi revogar o Decreto nº 2208, de autoria do ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que impedia a expansão das escolas técnicas, determinando a expansão. Nós tínhamos 140 escolas técnicas em 500 anos, agora teremos, até o final do Governo do Presidente Lula, em 2010, aproximadamente 400 unidades no Brasil inteiro. E o Paraná precisa pôr o pé no acelerador para ampliar essas unidades no nosso Estado.

Também queremos registrar aqui a expansão no ensino superior no Paraná, com a transformação do CEFET em Universidade Federal Tecnológica do Paraná. Então, foi a segunda Universidade Federal, que é a nossa Universidade Federal do Paraná, instituída aqui no Paraná. A outra é a UNILA, que já está sendo instalada em Foz do Iguaçu, Universidade de Integração da América Latina. Teremos 5 mil estudantes, no primeiro ano já, brasileiros, 5 mil dos outros Países da América Latina. Também estamos já com a autorização para implantar no Paraná dois *campi*: um em Realeza, outro em Laranjeiras do Sul, que é a Universidade Federal da Fronteira Sul.

Então, veja, o Paraná está avançando com o apoio do Ministro Fernando Haddad, com o apoio do Presidente Lula, para que possamos resgatar uma dívida que Brasília tem com o Paraná com relação ao ensino superior.

Sabemos da luta de todos os Deputados desta Casa para que essa expansão aconteça. Quero cumprimentar a todos, não só o Professor Lemos, Deputados que já estavam nesta Casa quando cheguei e que fazem uma luta na defesa da expansão da Educação Superior do nosso Estado.

Vejo aqui a Deputada Luciana Rafagnin, os Deputados Tadeu Veneri, Elton Welter, Felipe Lucas, enfim, vejo vários Deputados nesta Casa lutando, e aproveito este momento para convidá-los para, mais uma vez, somarem-se a essa luta para que possamos, de fato, consolidar no Estado do Paraná as nossas universidades que estão sendo implementadas e também o Instituto Federal de Educação do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Consulto as lideranças do PSDB, PDT.

(**Declinam**)

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de falar a todos sobre um tema que já foi tratado aqui hoje, que foi a realização da Audiência Pública nesta Casa, proposta pelo Deputado Tadeu Veneri, para discutir o Programa Minha Casa, Minha Vida.

E hoje recebemos, além da visita do Ministro Paulo Bernardo, que fez a apresentação do programa, recebemos também a visita da Secretária Nacional de Habitação, a Inês Magalhães; e do Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda. Além dos Superintendentes da Caixa Econômica Federal, especialmente o Jorge Calashi, também o Celso Mattos e do Roberto Beckmam, representando a nossa Região Norte do Paraná, além de outros gerentes e aqueles que têm a

responsabilidade da condução da política habitacional na Caixa Econômica Federal. Além, é claro, dos movimentos sociais que aqui participaram e dos Deputados. O Deputado Fernando Scanavaca participou, do começo ao fim, junto com a Deputada Luciana, a Deputada Cida presidiu, sempre cortês, mas competente em presidir uma Audiência Pública dessa importância.

De um lado fico feliz, no sentido de que podemos, dentro da política nacional de habitação do Presidente Lula, saber que estamos com recursos como nunca antes na história deste País. Além do crédito têm os subsídios, mais de R\$ 15 bilhões do Tesouro para serem investidos em habitação. Tenho que reconhecer que, por um lado, é muito importante, e hoje vi aqui, até quando fui falar daquilo que conheço bem a política habitacional, alguns que riam de forma até um pouco jocosa, Presidente. Não quis falar nada para não criar constrangimento, mas havia muitos construtores, empreiteiros, representantes do SINDUSCON, da CBIC. Quando eu, quase que ingenuamente, disse que temos que procurar enquadrar a COHAPAR como construtora para ela poder, efetivamente, aproveitando os recursos que estão disponíveis, sem querer desnaturar o Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo do Presidente Lula, alguns até sorriram, acho que como se eu fosse algum ingênuo.

O fato concreto é que temos que reconhecer que a COHAPAR, hoje, tem 15 mil unidades que poderiam ser construídas já, imediatamente, Deputada Luciana. Se enquadrássemos a COHAPAR como construtora, que não é uma tarefa simples assim, do ponto de vista do momento que a COHAPAR atravessa, mas num momento anterior, quando presidia a COHAPAR, nós fomos enquadrados com a mesma taxa de risco do Banco do Brasil. Então, estávamos numa situação relativamente boa, naquele momento. Aliás, outro dia até tive que discutir essa questão da saúde financeira da COHAPAR e esqueci de falar isso. Vou até buscar esse certificado do ranking da COHAPAR, feito pela empresa Rating, que foi a que fez o ranking da COHAPAR, a taxa de risco da COHAPAR, mas isso não tem nada a ver com o que estou dizendo.

O fato concreto que importa é que o Ministro Paulo Bernardo, hoje, disse o seguinte: “Olha, o Presidente Lula já nos orientou para ver uma forma de poder, também, incluir os Municípios com menos de 50 mil habitantes.” Agora, o que está acontecendo na prática? Já faz um mês que o programa está funcionando, já tem 51 mil unidades em análise a Caixa Econômica Federal, algumas unidades já estão sendo construídas, porque vão ser enquadradas em programas que já estão em execução e, ao mesmo tempo, se perdermos o bonde da história, o qual vai acontecer? Não vamos poder utilizar esses 15 mil lotes, e estou dizendo aqui de áreas que os Municípios fizeram aquisição, áreas que os projetos estão prontos. Foi isso que eu disse hoje. Estou só reproduzindo o que falei, hoje, aqui, na Audiência Pública. Estão prontos esses lotes. Se a Caixa Econômica Federal, autorizada

pelo Ministério das Cidades, pudesse efetivamente, o Governo Federal é mais do que o Ministério das Cidades até, a questão é mais ampla, na verdade, é uma decisão que envolve a própria Presidência da República.

Se houvesse uma mudança, poderíamos começar a construir 15 mil casas em 30 dias. É fazer o que vai ser feito com as construtoras, antecipar a primeira parcela e tocar essas obras. Digo isso porque poderíamos fazer por um preço muito menor. O sistema de gestão comunitária é um sistema comprovado. Além de garantir o direito da escolha da unidade habitacional, ele constrói por um custo mais baixo. Todos sabem. Compramos um material de construção direto do fabricante, com isenção do ICMS, contratamos as pessoas diretas como empreiteiras, pequenas empreiteiras, na verdade, por prestação de serviço, e pagamos os encargos sociais só dos serventes. Isso reduz muito o custo da unidade habitacional, não tem BDI para pagar, a casa sai por menos da metade do preço que uma casa normal de uma empresa de construção civil normal.

Estou colocando isso a todos porque penso que há dois temas a serem tratados: o primeiro de poder promover o enquadramento da nossa Companhia de Habitação do Paraná, a COHAPAR, não só dela, das outras COHABs também, COHAB de Londrina COHAPAR, para poder executar seus programas e, também, outros órgãos iguais aos nossos aqui, em outros Estados da Federação, que têm unidades prontas para serem contratadas, sem deixar de fazer aquilo tudo que pode ser feito, e bem feito, pelo programa, que é gerar emprego, que é ativar a indústria da construção civil.

O programa foi feito e pensando em outro momento. Quando o Governo do Presidente Lula pensou em fazer o programa, foi com um medo muito grande de que houvesse um desaquecimento acelerado da construção civil, que é grande empregadora de mão de obra. Todos nós sabemos que é o contrário, O mercado da construção civil está e continua aquecido na produção de unidades habitacionais. Ele não desaqueceu; pelo contrário, continua mantendo um processo extremamente virtuoso.

Acho que mais do que gerar emprego, que era o objetivo inicial, que é importante, é poder flexibilizar para que possamos, primeiro, encarar o problema grave que temos do déficit habitacional, nas pequenas médias Cidades do Estado do Paraná e também dos outros Estados da Federação.

Sabemos que o desenvolvimento está acontecendo em muito maior intensidade, por conta da força da agro-indústria e da atividade econômica do Estado do Paraná, nas suas pequenas e médias Cidades. Pegamos as regiões, das 399 Cidades paranaenses, apenas 49 estão incluídas no programa, hoje. Há uma promessa de mudar, mais ainda não aconteceu.

Aproveitei a oportunidade e conversei, junto com o Deputado Scanavaca e o Prefeito de Umuarama, Moacir, e com o Deputado Federal Osmar Serraglio, sobre a necessidade, como já havia conversado outro dia com o

ex-Deputado Federal José Borba, que é ainda muito influente em Brasília e como relator da Medida Provisória nº 459, que é o Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Henrique Alves. Tenho qualquer expectativa que na Medida Provisória possamos flexibilizar, possibilitando que a COHAPAR possa contratar diretamente com a Caixa Econômica, para construir as 15 mil casas que temos prontas, em projetos, no estoque, para serem construídas imediatamente, o que vai gerar muito emprego, atividade econômica e cria um ambiente extremamente positivo.

É justamente onde temos uma grande demanda por habitação. Cidades que se não segurarmos as pessoas nas Cidades, elas virão engrossar, de fato, as ocupações irregulares, as favelas das grandes Cidades. As pessoas irão embora, se não tiverem uma alternativa de moradia.

É necessário que possamos conseguir também modificar, de forma estrutural e definitiva, a Medida Provisória nº 459, no Congresso Nacional. Aí, os nossos Deputados Federais terão um grande papel. Modificar, garantindo que as pequenas e médias Cidades tenham acesso ao programa. As com menos de 50 mil habitantes, também terão direito ao acesso, porque senão ficaremos excluídos.

Cito, por exemplo, Londrina, que até hoje, salvo que tenha mudado isso na semana passada, pelo IBGE, ela tem 497 mil habitantes. Uma Cidade, para um morador, um mutuário receber, seria preciso ter, no mínimo, 500 mil habitantes. Os mutuários de Londrina, que têm acesso à casa própria, quando estão em outros programas que não são para os de mais baixa renda, só podem ter apenas 80% do valor do financiamento. Se tivesse 3 mil habitantes a mais, poderia ter 100% por conta do enquadramento burocrático que é feito e não se consegue modificar. Cornélio Procópio ficou excluída do Programa Minha Casa, Minha Vida, por causa de 2 mil e 600 habitantes.

Situações iguais a essas precisam mudar. Essa Casa pode e deve discutir esses temas. Acho que a Audiência Pública foi muito importante e, ao mesmo tempo, claro, neste Plenário valoriza essa discussão.

Agradeço a tolerância de V. Exa. e dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Anda no Horário das Lideranças: Bloco PRB/PSB/PV, Bloco PPS/PMN, Democratas, Lideranças do Governo, Liderança da Oposição.

(**Declinaram**)

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 656/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, especial atenção à necessidade de implantação de um Programa de Internamento para Adolescentes - PIA, na Comunidade Terapêutica Redenção, no Município de Campo Mourão, **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 657/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, que dispense atenção especial à necessidade de construção de uma quadra de esportes no Colégio Estadual no Município de Mirassolva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 658/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, atenção especial à necessidade de construção de galerias pluviais no Município de Moreira Sales. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 659/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, especial atenção à necessidade de aquisição de equipamentos para corte de grama no Município de Corumbataí do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 660/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, que dispense atenção especial à necessidade de construção de uma escola para atender alunos do 1º e 5º ano, com cerca de 3.400m2 no Município de Moreira Sales. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 661/09, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, o recapamento asfáltico na estrada que liga o Município de Itaipulândia ao Município de Missal. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 662/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a construção de (um) Centro de Educação Infantil no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 663/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a instalação de 01 (um) laboratório de análise clínica nas dependências do Hospital Municipal Doutor Arlindo Santana Lins, no Município de Presidente Castelo Branco. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2257, de autoria dos Deputados Artagnão Júnior, Francisco Bühner, Edson Strapasson e Ademir Bier, constante do expediente, requerendo autorização para atender a XIII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, em Belém-PA, com consequente dispensa de presença das Sessões no período de 26 a 29 de maio do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2275, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente, requerendo afastamento de suas funções por 05 (cinco) dias, a contar de 18 de maio do corrente, para realizar viagem a Brasília, acompanhando lideranças políticas do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2276, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, requerendo autorização para atender XIII Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais, em Belém-PA, com consequente dispensa de presença das Sessões no período de 26 a 29 de maio do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2288, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária do dia 14 de maio do corrente ano, devido a compromisso inerente à condição de Presidente da Comissão de Saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 151/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de utilidade pública a Associação dos Amigos da Biblioteca do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/09, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimento comercial manter exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor disponível para consulta. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHCD. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 139/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que torna obrigatória, além da divulgação em outros meios de publicidade, a publicação através da imprensa escrita dos atos oficiais dos Municípios do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/09, que altera a Lei nº 11713/07, que trata das reformulações da carreira docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná - IEES/PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/09, de 23/03/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 106/09

P A R E C E R :**Do Projeto de Lei**

O Projeto de Lei nº 106/09 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo alterar a Lei nº 11713/07, objetivando o acesso ao cargo de professor titular ao cargo de professor de ensino superior, através de concurso público de provas, títulos e defesa de trabalho científico, bem como, sobre seus efeitos legais.

Competência e Previsão Legal

A Constituição do Estado do Paraná no artigo 66, inciso I e II, assevera a competência privativa do Governador de Estado, a iniciativa de leis que dispõe sobre organização dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privada do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração Direta e autarquia do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência policiais para a reserva: (grifo nosso)

Assim, o Governador do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis, que dispõe sobre a matéria tratada, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detêm de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Vislumbra-se ainda que o Governador está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão. (grifo nosso)

Assim, o Governador possui competência legislativa e administrativa, para iniciar projetos de lei, bem como, leis ordinárias.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto lei, apresentado através de prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição de lei estadual, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 26/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 106/09

P A R E C E R :**I - Relatório**

Este projeto de lei que tem por objetivo a revisão no artigo da Lei Estadual nº 11713/07 e altera a lei 15944 de 09/09/08 sobre a reformulação do quadro de professores universitários, com o objetivo específico de assegurar a continuidade da carreira dos docentes que ingressam no quadro de professores titulares.

II - Parecer da Relatora

O Paraná avançou com a aprovação da Lei Estadual que reformulou o quadro dos professores universitários. Mas, um termo aprovado na lei, que trata do concurso para a vaga de professor titular, acaba trazendo algumas perdas para a carreira do profissional que ingressa nessa categoria. Conforme a lei, ao ingressar na vaga de professor titular, o professor precisa pedir exoneração do cargo anterior e iniciar uma carreira totalmente nova. Medida que causa prejuízos trabalhistas para o professor que dedicou anos de trabalho na universidade.

Sendo assim este projeto de lei, vem corrigir a proposta anterior, portanto dou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 106/09.

Sala das Comissões, em 04/05/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 106/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 106/09, em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade alterar a Lei nº 11713, de 07/05/97 (dispõe sobre as carreiras do pessoal docente e técnico - administrativo das instituições de ensino superior do Estado do Paraná e adota outras providências).

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o Projeto de Lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a proposição trata do acesso ao cargo de professor titular nas instituições de ensino superior do Estado, garantindo assim que os quadros de pessoal docente das universidades e faculdades públicas sejam estruturados também com professores titulares, dotando-se de um corpo docente altamente qualificado, com mais experiência e formação.

Diante da relevante importância do Projeto para as Instituições Públicas do Estado, esta Comissão manifesta parecer favorável ao Projeto de Lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/04/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL - AAPC, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA 028/09, de 01/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 129/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL - AAPC, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto a legalidade e constitucionalidade do referido projeto por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a ONG Viver Uma Vida Feliz, com sede e foro no Município de Ivaiporã e foro na Comarca de Ivaiporã. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA 039/09, de 27/04/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 177/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi tem por objetivo declarar de utilidade pública a ONG Viver Uma Vida Feliz, com sede e foro no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 12/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/08, de autoria dos Deputados Eduardo Cheida, Elton Welter e Luciana Rafagnin, que institui no âmbito do Sistema Público Estadual de Ensino Fundamental e Médio do Paraná, a merenda escolar orgânica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. Aprovado. (Publ. no DA 128/09, de 29/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 462/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelos nobres Deputados já nominados instituiu no âmbito do sistema público estadual de ensino fundamental e médio do Paraná a merenda escolar orgânica.

Saúde é questão pública. É dever do Estado e não mera liberalidade cuidar da saúde dos cidadãos em todos os níveis. É fato público e notório que o uso de elementos tóxicos que compõe a cadeia de alimentos é altamente agressivo e enfraquecedor do sistema imunológico das pessoas, capital inestimável da textura social.

A prevenção com a mudança de hábitos alimentares não pode ser computada como despesas do Governo, mas sim como investimento na redução de gastos com os tratamentos de doenças decorrentes de alimentos preparados com agrotóxicos e elementos químicos industrializados que destroem a saúde.

Como muito bem lembrado pelos autores do projeto é na infância e na adolescência que o corpo humano se forma. Todos os nossos hábitos de vida os nutrientes e as condições para toda a vida. Não é preciso muito exercício mental para se descobrir que quanto melhor for a alimentação e as condições neste período de vida, melhor será a saúde na vida adulta e principalmente na velhice. Quanto melhor a saúde dos cidadãos tanto melhor a qualidade de vida de uma nação e neste diapasão menor inversão de gastos ocorrerá para as áreas de saúde pública na exata medida em que quanto mais saudáveis forem as pessoas, menor será o risco de doenças.

Neste passo é importante citar o exemplo da campanha desencadeada no trânsito contra o uso de bebida alcoólica, denominada de Lei Seca. O Governo gastava bilhões de reais no atendimento a pessoas feridas em acidente de trânsito causadas pela ingestão de bebida alcoólica. Bastou implantar um sistema de refreamento a nível nacional, fiscalização e prevenção para o número de acidentes e feridos reduzir drasticamente, ou seja, o Governo está gastando menos no combate às vítimas de acidentes porque resolveu criar uma política de prevenção.

Segundo os autores do presente projeto e acordo com o manual de vigilância da Saúde de Populações expostas a agrotóxicos da organização Pan-Americana da Saúde a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima-se que ocorram no mundo três milhões de intoxicações agudas por agrotóxicos, com 220 mil mortes por ano. Dessas, cerca de 70% ocorrem em países chamado de Terceiro Mundo. Além da intoxicação de trabalhadores que tem contato direto ou indireto com esses produtos, a contaminação de alimentos tem levado grande número de intoxicação e mortes.

Diz o autor ainda que conforme o centro de epidemiologia (CEPI) da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná (SESA-PR), os agrotóxicos aparecem em segundo lugar como causa de intoxicação humana (...). Os principais

sintomas da intoxicação por agrotóxicos são dores de cabeça, tonturas, náuseas, vômitos, dificuldades respiratórias, paralisias, dermatites de contato, formação de catarata e atrofia do nervo óptico, lesões cerebrais irreversíveis, pancitopenia (redução das células sanguíneas), entre outras doenças citadas pelos autores.

Sob essa ótica resta saber se o PL proposto pelos nobres Deputados atende os pressupostos da constitucionalidade das leis, sua legalidade bem como os da Lei Federal nº 095/98 que estabelece o regramento da boa técnica legislativa.

Pois bem, este Relator determinou a baixa em diligência para que fossem ouvidas as Secretarias de Agricultura - SEAB e Educação SEED. A SEAB por intermédio da CPRA - Coordenação de Produção Vegetal Integrada e Recursos Naturais entendeu ser o PL dos nobres Deputados Cheida, Luciane e Elton Welter, não apenas é importante, especialmente no que tange à saúde das crianças e jovens estudantes, como também para fomentar o crescimento da produção orgânica no Estado do Paraná. Entende a SEAB que a certificação dos alimentos seria um complicador para a viabilização do projeto, devendo o projeto abrir um espaço para os produtos em conversão. Sugere ainda que deveria acrescentar no PL que a merenda será enriquecida com alimentos orgânicos, para tudo o que é consumido *in natura*, inclusive e se possível, a ser estudado, para o arroz e feijão. Segundo a CPRA no momento a produção orgânica não atende as demandas crescentes, porém é possível organizar o setor para que tal demanda seja atendida prioritamente implantando o projeto em três etapas distintas, a saber: 1ª etapa - mensuração das necessidades de alimentos pela SEED; 2ª etapa - envolvimento das vinculadas da SEAB que atuam na área, em especial a CPRA, EMATER e IAPAR, bem como as ONGs para cadastramento dos agricultores dos agricultores potenciais em todos os Municípios; 3ª etapa - Apoio aos agricultores interessados na conversão com diferencial de preço, acompanhamento de técnicos especialistas e contratação de fornecimento.

Por outro lado em resposta à diligência solicitada a SEED - Secretaria de Educação se manifestou pelo Ofício nº 544/09-GS/SEED de 13/02/09, contrariamente ao PL sob o argumento de que inexistente produção de produtos orgânicos distribuídos no Estado que possa atender a 100% da merenda escolar a ser repassada aos alunos do Sistema Estadual de Ensino. Segundo a SEAB a rede escolar estadual está estruturada em 2176 escolas distribuídas nas 399 pequenas, médias e grandes Cidades do Estado onde, embora existam 5.300 produtores de orgânicos no Estado, segundo a SEAB, estes não estão espalhados de forma homogênea o que não garantiria o atendimento a todas as escolas máxime, ressaltou a SEED, os alunos têm suas principais refeições (almoço/jantar) em família e não no ambiente escolar. De toda sorte sugeriu a SEED ser mais produtivo que a proposta dos nobres Deputados focasse a redução do

uso de agrotóxicos e similares, com medidas que visem estimular o produto e também com ações institucionais de campanhas de esclarecimentos à população, sobre os riscos de consumir alimentos repletos de aditivos químicos e hormônios sintéticos, pois na medida em que a população estiver mais informada, torna-se sábia e pode com segurança, decidir por suas próprias escolhas.

Fundamentação

A Constituição Federal previu dois tipos de competência, a comum, artigo 23 e a concorrente, no artigo 24.

O artigo 23 dispõe que, *literis*:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - Cuidar da saúde e assistência pública (...)

Segundo dicção do artigo 24 da mesma carta política:

(...)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente:

(...)

XII - (...) proteção e defesa da saúde;

(...)

A matéria está contemplada pela Constituição Federal como sendo de competência comum e concorrente da União, Estados e Distrito Federal. A seguir veremos que tanto a Constituição Federal quanto a Estadual, bem como a alta corte do judiciário digeriu a matéria esclarecendo que assuntos sujeitos e ao domínio da legislação concorrente e comum podem ser objetos de regulamentação legislativa pelos entes enumerados. Nesta esteira a Constituição Estadual regulamentou a competência constitucionalmente comum e concorrente da Assembleia Legislativa no artigo 53, *caput*, e *in casu*, os incisos XVI e XVII, *Literis*:

(...)

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para os especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

(...)

Em assentada Jurisprudência da Suprema Corte deste país o STF - Supremo Tribunal Federal, já se decidiu sobre matéria correlata assim prelecionada:

(...) Matéria sujeita ao domínio da legislação concorrente. Possibilidade de o Estado-Membro exercer competência legislativa plena. Medida cautelar deferida por despacho. Referendo recusado pelo Plenário. (STF - ADI 903-MC - Rel. Min. Celso de Mello - DJU 24/10/97). Referência Legislativa CF: artigo 24, XIV DTZ 1110042. (grifamos).

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65, confere a Assembleia Legislativa, entre outras entidades, a iniciativa das leis complementares e ordinárias, *literis*:

(...)

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

(...)

Ora, a função precípua da Assembleia Legislativa é legislar e o artigo 53 da Carta Política Estadual confere esse poder a ela sobre matérias da mesma natureza de competência concorrente do poder executivo ao legislador definir que a Assembleia pode dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, desde que não lhe sejam vedadas e se enquadrem no rol das que são concorrentes e comuns elencadas nas constituições.

Portanto a própria Constituição Estadual em seu artigo 66 que fixa as matérias de competência privativa do Estado não veda a iniciativa da Assembleia Legislativa em legislar sobre as leis ordinárias e complementares concorrentemente (competência suplementar) com o Estado-membro e o Executivo Federal, na melhor inteligência do artigo 53, *caput*, XVI e XVII, que faz remissão ao artigo 24 da CF.

Saúde na Constituição é um vocábulo que traduz a interação do conjunto de aparelhamento da federação que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas. A proteção à saúde encontra assento na Constituição Federal no Título VIII, Capítulo II, Seção II e na Constituição Estadual no Título VI, Capítulo I, Seção II e Leis infraconstitucionais.

Consectariamente o artigo 167 da Constituição Estadual também impõe ao Poder Público o dever de assegurar o direito da população à saúde, *literis*:

Art. 167. A saúde e direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

§1º Cabe ao Poder Público, na forma de lei, para assegurar a efetividade deste direito:

Da Legitimidade e Legalidade

No que pertine a Competência Legislativa de caráter privativo e suplementar, como já assinalado acima o artigo 24, parágrafo 2º e 3º, c/c o artigo 25, parágrafo 1º todos da CF, conferem aos Estados a competência para legislar matérias que não lhe sejam vedadas, *literis*:

(...)

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§1º São reservados aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

(...)

A própria CCJ em parecer ao PL nº 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira utilizou-se dos dispositivos mencionados para reforçar a tese da competência concorrente e comum, ou seja, (suplementar), valendo-se inclusive da conhecida teoria do eminente professor jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, que assim definiu:

Competência privativa: é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.

Competência suplementar: é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é complementar.

Como a Constituição Mãe define a competência privativa da União para legislar certas matérias, bem assim, a Constituição de nosso Estado seguindo o mesmo entendimento constitucional da carta mãe, estabeleceu competência privativas e as concorrentes (suplementares), *in casu*, em seu artigo 53, XVI e XVII, c/c o 66 que não vedam a iniciativa ora pretendida.

Tratando o artigo 53, XVII da Competência Concorrente aferida à Assembleia e o 66 da Competência Privativa do Poder Executivo, ambos da CE, questões de mesma natureza, ou seja, atribui a Constituição competência a ambos os poderes para legislar sobre matéria comum assim definida por ambas as cartas políticas, infere-se que no artigo 66 detém a competência privativa ou plena, enquanto o artigo 53, a competência suplementar ou concorrente, nos casos que especifica.

Entendendo que a regra quanto à competência privativa, concorrente ou suplementar é constitucional estendendo-se a mesma regra à competência da Assembleia legislativa às matérias que não lhe são vedadas como definido no artigo 66 da Constituição Estadual - CE, pode-se avançar seguro, porquanto perfeitamente factível a iniciativa do projeto de lei de membro da Assembleia Legislativa de matéria prevista no artigo 24, XII, da CF.

Assim fortalecidos neste entendimento cumpre interpretar a Constituição Estadual - CE, que não pode fugir a regra da hermenêutica Constitucional Federal, pois se assim fosse, constitucional não seria.

No Mérito

Por este vértice podemos aplicar no caso vertente a mesma regra sem ferir critérios de interpretação constitucional, máxime por se tratar de PL meritório de afetação direta na saúde dos infantis e adolescentes que seguramente representam a expectativa do futuro da nossa nação.

Sendo o projeto dos nobres Deputados de instituição de merenda orgânica na rede de ensino pública e particular no Estado do Paraná, impõem-se a análise do impacto financeiro sob a luz das Constituições e das leis infraconstitucionais.

Impacto Financeiro

Pelos termos e objetivos do presente PL interfere-se que a sua edição gerará despesas extraordinárias refletindo no plano orçamentário o que significa dizer que haverá impacto financeiro com reflexos diretos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Contudo o texto da lei de forma prudente respeitosa estabelece em seu artigo 2º que a implantação do programa de merenda orgânica deverá ocorrer de forma gradativa de acordo com as condições e cronogramas elaborados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, até que 100% (cem por cento) do sistema de ensino público do Estado do Paraná garantam aos seus alunos o direito a merenda escolar orgânica.

Minimizando ainda o impacto financeiro e efeitos o PL em seu artigo 4º prevê a regulamentação 180 dias após a sua publicação. Concluimos, portanto que o objetivo maior do PL não é impor, exigir ou autorizar o executivo a implantar a referida lei de imediato, gerando impactos e desequilíbrios, quer seja no orçamento (LOA/LDO) quer seja no sistema de ensino como um todo. A lei após a sua implantação até onde pude inferir, deverá ser aplicada e cumprida na exata medida em que o orçamento assim o permitir, devendo se não neste exercício no próximo ser enquadrado na lei orçamentária e dentro das condições e cronogramas elaborados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED.

Neste particular, no que tange as diretrizes da Lei Complementar nº 101/00, o presente PL apresenta-se inofensivo e legal, logo, constitucional, meritório, por prever no seu próprio texto a minimização dos impactos financeiros, porque assim dispõe o artigo 4º da citada LC nº 101/00, Lei de Diretrizes Orçamentárias, atendendo o disposto no parágrafo 2º do artigo 165 da Constituição, *literis*:

(...)

Art. 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá o disposto no parágrafo 2º do artigo 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas.

(...)

Ao exposto podemos asseverar com segurança que tanto a CF quanto a CE c/c a Lei Complementar nº 101/00 estão respeitadas em face da sanabilidade do Impacto Financeiro, por conta do artigo 2º do presente PL.

Conclusão

Em resumo verifica-se que o PL reveste-se de legalidade e constitucionalidade e diante da importância e das sugestões das duas secretarias consultadas entendo ser de extrema importância que o mesmo prossiga para debate e análise de mérito em plenário, razão pela qual meu parecer *ad cautela* é pelo prosseguimento nesta Casa de leis.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 462/08

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de projeto de lei que tem por objetivo a inclusão no sistema público estadual de ensino fundamental e médio de produtos alimentícios orgânicos na merenda escolar.

Parecer do Relator

O presente projeto reveste-se de grande mérito ao dedicar especial atenção a uma alimentação mais saudável e nutritiva para as crianças introduzindo novos hábitos alimentares, educação e proteção ambiental, permanência dos agricultores no campo e valorização do produto regional e resgate da cultura do meio rural são algumas das vantagens que com a implantação deste projeto de lei, irá beneficiar a comunidade escolar além de propiciar um desenvolvimento sustentável e saudável a toda comunidade local.

Sendo assim, dou parecer favorável ao Projeto de Lei nº 462/08.

Sala das Comissões, em 04/05/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2274, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2258, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2271, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2273, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2295, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Aliás, a Assembleia já se manifestou na Sessão de quinta-feira com os votos de profundo pesar pela passagem do ex-Prefeito.

Requerimentos nºs 2277 a 2280, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2281, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2290, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2292, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2287, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 009 e 139/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 462/08, 106, 129 e 177/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 182, 185 e 191/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva:

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1081/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando - o infausto passamento, ocorrido na data de hoje, do Sr. Deputado Jorge Miguel Nassar, que exerceu seu mandato na 4ª Legislatura, 1950/63, 5ª Legislatura, 1963/67 e 6ª Legislatura, 1967/71, acontecimento que enlutou toda a família paranaense.

Considerando - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do Sr. Jorge Miguel Nassar, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra.

R E S O L V E :

decretar luto oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Miguel Nassar.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13/05/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

VALDIR ROSSONI - 2º Secretário

